



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 51/XIV/2.ª SL

No dia 3 do mês de dezembro de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre a Proposta de Lei n.º 63/XIV/2.ª (GOV) - «Procede à suspensão excecional de prazos associados à sobrevivência e caducidade de convenção coletiva de trabalho», o Projeto de Lei n.º 10/XIV/1.ª (PCP) - «Repõe o princípio do tratamento mais favorável, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (16.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)», o Projeto de Lei n.º 74/XIV/1.ª (BE) - «Promove a contratação coletiva, procedendo à 16.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro» e o Projeto de Lei n.º 130/XIV/1.ª (PEV) - «Consagra a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e a eliminação da caducidade da contratação coletiva (16ª Alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)»; Deputada autora do parecer: Emília Cerqueira (PSD);

2. Outros assuntos.

---

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque (PSD), deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação do parecer conjunto sobre a Proposta de Lei n.º 63/XIV/2.ª (GOV) - «Procede à suspensão excecional de prazos associados à sobrevivência e caducidade de convenção coletiva de trabalho», o Projeto de Lei n.º 10/XIV/1.ª (PCP) - «Repõe o princípio do



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 51/XIV/2.<sup>a</sup> SL

tratamento mais favorável, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (16.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)», o Projeto de Lei n.º 74/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Promove a contratação coletiva, procedendo à 16.<sup>a</sup> alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro» e o Projeto de Lei n.º 130/XIV/1.<sup>a</sup> (PEV) - «Consagra a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e a eliminação da caducidade da contratação coletiva (16.<sup>a</sup> Alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)»; Deputada autora do parecer: Emília Cerqueira (PSD);

A Senhora Deputada relatora apresentou o parecer conjunto para as quatro iniciativas, descrevendo de forma sucinta o seu objeto, motivação e conteúdo e o enquadramento legal, apreciando por outro lado a conformidade dos requisitos formais, constitucionais e regimentais e o cumprimento da lei formulário e mencionando a nota técnica, que se anexava, concluindo pelo envio do parecer ao Senhor Presidente da Assembleia da República.

Depois de o Senhor Presidente ter agradecido o trabalho efetuado, assim como os Senhores Deputados João Paulo Pedrosa (PS), Diana Ferreira (PCP) e José Moura Soeiro (BE), foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) do CDS-PP.

#### 2. Outros assuntos.

No derradeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente referiu que o Projeto de Lei n.º 165/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Redução da idade da reforma das pessoas com deficiência», cuja discussão em plenário estava agendada para quinta-feira, 10 de dezembro, tinha sido distribuído à Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) para elaboração do respetivo parecer. Nesse sentido, referiu que, como o GP do PAN já não integrava a CTSS, seria necessário redistribuir a referida iniciativa legislativa pelo GP que se seguia na lista de distribuição, que era o GP do PSD. A Senhora Deputada Emília Cerqueira

**COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

**ATA NÚMERO 51/XIV/2.<sup>a</sup> SL**

(PSD) informou então que a relatora do parecer seria a Senhora Deputada Helga Correia (PSD).

Passada a palavra à Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), a mesma sublinhou que o seu GP submetera um pedido de arrastamento do Projeto de Lei n.º 588/XIV/2.<sup>a</sup> (PCP) - «Condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência», o qual ainda não baixara à CTSS, mas que tal aconteceria em breve. Nesse sentido, solicitou que a Senhora Deputada relatora incluísse esta iniciativa legislativa no parecer conjunto.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2020.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**



**Pedro Roque**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 51/XIV/2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros  
Clara Marques Mendes  
Cristina Sousa  
Diana Ferreira  
Eduardo Barroco de Melo  
Fernando José  
Helga Correia  
João Paulo Pedrosa  
José Moura Soeiro  
Lina Lopes  
Luís Soares  
Maria Germana Rocha  
Nuno Sá  
Ofélia Ramos  
Olga Silvestre  
Pedro Roque  
Rita Borges Madeira  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Carla Madureira  
Cristina Mendes da Silva  
Eduardo Teixeira  
Emília Cerqueira  
Firmino Marques  
Joana Sá Pereira  
Lúcia Araújo Silva  
Mara Coelho  
Maria Joaquina Matos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires  
João Pinho de Almeida  
Marta Freitas  
Sílvia Torres

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: